

SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO

Sede / Lajeado (RS) - CNPJ 91.162.511/0001-65 - Declarada de Utilidade Pública - Decreto Federal nº000624-2100/720

Entidade Filantrópica - Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 22522/87 - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos Conforme Portaria Nº 2.180 de 21/12/2016

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Sr.(as) Associados (as)

Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com os Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Lajeado, 18 de Abril de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO	NE	R\$		PASSIVO	NE	R\$	
		2021	2020			2021	2020
CIRCULANTE		49.863.380,13	43.442.894,24	CIRCULANTE	9	27.712.583,50	26.172.928,68
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA		13.274.311,42	10.952.051,43	Fornecedores		9.831.506,51	6.795.273,22
Caixa		73.641,98	113.631,48	Fornecedores Serviços		4.671.800,54	4.004.337,88
Bancos Conta Movimento		214.468,76	382.872,89	Empréstimos Financeiros		2.939.315,19	5.792.765,04
Aplicações Financeiras		12.986.200,68	10.455.547,06	Obrigações Trabalhistas		2.560.661,10	2.293.297,55
				Obrigações Tributárias		1.014.352,51	944.605,26
				Outras Obrigações a Curto Prazo		2.460.789,94	2.555.528,01
CRÉDITOS		30.608.288,96	27.917.769,82	Provisões		4.234.157,71	3.787.121,72
Cheques a Receber		223.796,66	247.631,13				
Créditos de Funcionários		206.070,06	197.382,67				
Convênios a Receber		22.507.022,95	20.653.253,53				
Convênios Particulares		494.245,14	805.815,37				
Contribuições e Subvenções		4.052.252,93	2.217.549,36				
Créditos a Recuperar		-	73.249,78				
Adiantamento a Fornecedores		2.381.595,10	2.979.728,56				
Outros Devedores		380.271,55	376.996,21				
Cartões de Crédito		456.667,65	392.559,76				
(-) Provisão p/ Impairment de Contas a Rec.		(93.633,08)	(26.396,55)				
ESTOQUES	4	5.911.665,67	4.503.763,18				
Estoques		5.911.665,67	4.503.763,18				
DESPESAS ANTECIPADAS	5	69.114,08	69.309,81				
Despesas Exercício Seguinte		69.114,08	69.309,81				
NÃO CIRCULANTE		77.900.891,15	70.831.945,75	NÃO CIRCULANTE		44.374.006,52	38.906.243,42
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6	1.663.945,40	3.074.336,52	Instituições Financeiras		28.844.776,96	26.686.581,58
Depósitos para Recursos		39.873,19	39.873,19	Adiantamentos para Venda		196.830,58	196.830,58
Investimentos Financeiros		281.269,65	282.266,00	Outras Obrigações	17	6.913.629,82	7.683.700,55
Aplicação Financ. p/ Aquisição de Imobil.		344.007,40	4.718,28	Auxílios, Subvenções e Doações		8.418.769,16	4.339.130,71
Despesas a Apropriar		49.486,64	116.316,68				
Processos a Receber		949.308,52	2.631.162,37	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	55.677.681,26	49.195.667,89
INVESTIMENTOS	6	2.729.134,61	2.385.072,66	Patrimônio Social		13.508.767,25	1.529.296,58
Investimentos		2.729.134,61	2.385.072,66	Ajuste de Avaliação Patrimonial		35.857.202,95	35.857.152,95
IMOBILIZADO	7	73.357.557,39	65.084.574,46	Superávit / Déficit do Exercício	11	6.481.963,37	11.979.470,67
Imóveis de Uso		71.322.141,01	66.134.813,61	Auxílios, Subvenções e Doações		32.797,39	32.797,39
Bens de Uso		43.638.325,37	36.010.461,79	Ajustes dos Exercícios Anteriores	18	(203.049,70)	(203.049,70)
(-) Depreciações Acumuladas		(41.602.908,99)	(37.060.700,94)				
INTANGÍVEL	7	150.253,75	287.962,11				
Bens Intangíveis		1.192.048,23	1.159.009,02				
(-) Amortizações		(1.041.794,48)	(871.046,91)				
		127.764.271,28	114.274.839,99			127.764.271,28	114.274.839,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Lajeado, 18 de Abril de 2022.


 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexander Kramer Guimarães
 Contador CRC/RS 078.259/0-0

SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO

Sede / Lajeado (RS) - CNPJ 91.162.511/0001-65 - Declarada de Utilidade Pública - Decreto Federal nº000624-2100/720

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO (EM REAIS)		
RECEITAS OPERACIONAIS:	2021	2020
Prestação de Serviços Hospitalares	128.564.709,45	107.175.631,28
(-) Deduções da Receita	(854.964,10)	(404.511,88)
(-) Gratuidades	-	(30.200,38)
RECEITA LÍQUIDA	127.709.745,35	106.740.919,02
DESPESAS OPERACIONAIS	(149.234.341,82)	(122.457.947,45)
(-) Despesas Com Pessoal	(34.061.995,16)	(29.955.507,04)
(-) Encargos Sociais e Trabalhistas	(5.798.411,12)	(5.819.336,18)
(-) Provisões Trabalhistas	(7.468.476,99)	(6.470.040,66)
(-) Serviços de Terceiros	(44.137.850,57)	(38.531.890,89)
(-) Medicamentos e Materiais	(40.386.406,90)	(26.373.362,68)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(12.155.863,02)	(10.835.499,94)
(-) Encargos de Depreciação	(5.158.101,53)	(4.458.193,12)
(-) Provisões Créditos Liquidação Duvidosa	(67.236,53)	(14.116,94)
RESULTADO BRUTO	(21.524.596,47)	(15.717.028,43)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	31.983.316,66	31.504.496,71
Receitas Patrimoniais	1.330.585,36	1.294.150,68
Receitas Financeiras	680.343,12	2.036.213,49
Donativos e Contribuições	1.598.645,86	1.789.238,86
Outras Receitas	2.879.006,12	1.853.371,39
Auxílios e Subvenções	25.494.736,20	24.531.522,29
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:	(3.976.756,82)	(3.807.997,61)
(-) Despesas Tributárias e Financeiras	(3.022.087,59)	(2.843.107,34)
(-) Outras Despesas	(181.836,93)	(183.315,55)
(-) Sociais e Assistenciais	(687.367,51)	(676.043,92)
(-) Perdas com Convênios	(85.464,79)	(105.530,80)
RESULTADO OPERACIONAL	6.481.963,37	11.979.470,67
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	6.481.963,37	11.979.470,67

As Notas Explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis


 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexsander Kramer Guimarães
 Contador
 CRC/RS 078.259/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	VARIAÇÕES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.046.530,00)	38.465.776,92	37.419.246,92
Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Auxílios e Subvenções Patrimoniais			
Transferido p/Patrimonio	2.575.826,58	(2.575.826,58)	
Ajustes dos Exercícios Anteriores		(203.049,70)	(203.049,70)
Superávit em 2020		11.979.470,67	11.979.470,67
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.529.296,58	47.666.371,31	49.195.667,89
Ajustes de Avaliação Patrimonial		50,00	50,00
Transferido p/Patrimonio	11.979.470,67	(11.979.470,67)	
Auxílios e Subvenções Patrimoniais		-	-
Ajustes dos Exercícios Anteriores		-	-
Superávit em 2021		6.481.963,37	6.481.963,37
SALDO EM 31/12/2021	13.508.767,25	42.168.914,01	55.677.681,26

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexander Kramer Guimarães
 Contador CRC/RS 078.259/O-0

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
ANO CONTAS	2021	2020	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	49.863.380,13	43.442.894,24	6.420.485,89
PASSIVO CIRCULANTE	(27.712.583,50)	(26.172.928,68)	(1.539.654,82)
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	22.150.796,63	17.269.965,56	4.880.831,07

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
ANO CONTAS	2020	2019	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	43.442.894,24	34.098.245,23	9.344.649,01
PASSIVO CIRCULANTE	(26.172.928,68)	(27.258.607,71)	1.085.679,03
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	17.269.965,56	6.839.637,52	10.430.328,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

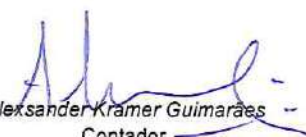

 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexsander Kramer Guimarães
 Contador
 CRC/RS 078.259/O-0


DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (D.V.A.)				
	2021	%	2020	%
RECEITAS	157.682.133,53		134.915.051,56	
Receitas de Prestação de Serviços	127.709.745,35		106.740.919,02	
Outras Receitas Operacionais	29.972.388,18		28.174.132,54	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(52.876.808,17)		(37.511.825,91)	
Custos de Manutenção das Atividades	(12.155.863,02)		(10.835.499,94)	
Materiais, serviços de terceiros e outros	(40.720.945,15)		(26.676.325,97)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	104.805.325,36		97.403.225,65	
Depreciações	(5.158.101,53)		(4.458.193,12)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	99.647.223,83		92.945.032,53	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.010.928,48		3.330.364,17	
Aluguéis	1.330.585,36		1.294.150,68	
Resultado Financeiro	680.343,12		2.036.213,49	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	101.658.152,31	%	96.275.396,70	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	91.466.733,84	89,97	80.776.774,77	83,90
Governo	65.428,23	0,06	48.884,23	0,05
Assistência Social	687.367,51	0,68	676.043,92	0,70
Despesas Financeiras	2.956.659,36	2,91	2.794.223,11	2,90
Superávit / Déficit apurado no exercício	6.481.963,37	6,38	11.979.470,67	12,44
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	101.658.152,31	100	96.275.396,70	100

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexander Kramer Guimarães
 Contador
 CRC/RS 078.259/O-0

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto	dez/21	dez/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	6.481.963,37	11.979.470,67
Ajustes por:		
Depreciação	4.712.955,62	4.151.737,01
PCLD	67.236,53	14.116,94
Ajustes de Avaliação Patrimonial	50,00	0,00
Bens de Terceiros em nosso poder	-2.738.463,00	0,00
Despesas de juros - provisionados	2.288.452,79	1.683.529,68
Ajustes de Exercício Anteriores		-203.049,70
Fluxo de caixa das atividades operacionais	10.812.195,31	17.625.804,60
Convênios a receber	-1.799.988,00	737.161,84
Pré-faturamento a receber	257.788,81	410.180,42
Auxílios e subvenções a receber	-1.834.703,57	-334.306,46
Outras contas a receber	619.147,09	2.266.586,35
Variação nos estoques	-1.407.902,49	-2.396.394,24
Despesas Antecipadas	195,73	-52.702,54
Realizável a longo prazo (depósitos judiciais e outros)	1.749.680,24	469.312,82
Fornecedores	3.703.695,95	-387.514,81
Obrigações, trabalhistas, fiscais e sociais	784.146,79	282.409,05
Outras obrigações (Unimed, Subvenções e outros)	3.214.829,65	1.381.922,74
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	16.099.085,51	2.376.655,17
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	-344.061,95	-530.270,35
Compra de ativo imobilizado	-10.076.727,98	-3.954.384,94
Compra de intangíveis	-33.039,21	37.495,86
Auxílios e Subvenções (compra de ativo)	-339.289,12	-3.109,54
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-10.793.118,26	-4.450.268,97
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo	4.349.757,23	3.425.607,97
Amortização de empréstimo	-4.399.537,60	-4.818.180,22
Juros sobre empréstimo	-2.288.452,79	-1.683.529,68
Conta Garantida	1,00	-1.734.933,85
Empréstimo Dívida do Estado	-645.475,35	-718.133,70
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	-2.983.707,51	-5.529.169,48
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.322.259,99	10.023.021,32
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.952.051,43	929.030,11
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13.274.311,42	10.952.051,43


 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexander Kramer Guimarães
 Contador
 CRC/RS 078.259/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO**, mantenedora do **HOSPITAL BRUNO BORN**, fundada em 10/07/1931, com seus atos constitutivos arquivados no cartório do registro especial da Comarca de Lajeado- RS, sob nº 144, do Registro de pessoas jurídicas, em 23/05/1958, livro 1-A, fls. 062, reconhecida de utilidade Pública Municipal pelo decreto nº 782, de 25/04/1962 da Prefeitura Municipal de Lajeado-RS, com Registro na Secretaria do trabalho e Ação Social do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 100264. É uma entidade filantrópica Registrada no CNES (CNAS) sob nº 22522/87 - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme Portaria N° 2.180 SAS/MS, Dou em 21/12/2016, não remunerando seus diretores, o Conselho Fiscal, nem os sócios, aplicando o Superávit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias ou inversão Patrimonial, aplica suas rendas totalmente no país.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente a ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;



- b) **Ajustes a Valor Presente:** Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo que sofreram efeitos relevantes estão ajustados a valor presente, tomando-se por base a data de origem da transação;
- c) **Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais.
- d) **Depreciações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor, levando em conta a vida útil-econômica dos bens.
- e) **Amortizações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor;
- f) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- g) **Provisão para Impairment de Contas a Receber:** Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (0,10% do valor total faturado com convênios, com base em históricos de perdas de anos anteriores), e assim atendendo a ITG 2002.
- h) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

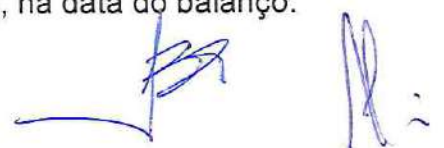
As receitas prestadas a Secretária de Saúde (SUS), proveniente das internações, são registradas na competência do envio do protocolo do paciente, podendo os custos dos serviços prestados serem registrados em competências diferentes. As distorções que esses fatos podem refletir na apuração do resultado de cada período não têm sido relevantes.

As receitas supramencionadas ficam sujeitas à revisão e aprovação por parte da Secretaria Regional de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde.

- i) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- j) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante.

NOTA 04 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo de aquisição, que não superam os preços de mercado e referem-se somente aos produtos e materiais, na data do balanço.

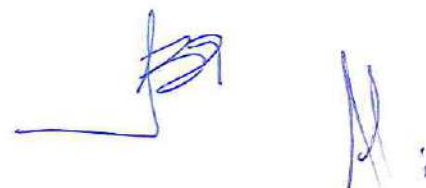


ESTOQUES	2021	2020
Medicamentos	2.720.985,07	1.530.512,24
Material de Diagnósticos	8.628,63	24.979,69
Impressos e Material de Expediente	108.842,72	82.663,83
Material Médico Hospitalar	1.637.380,21	1.763.027,98
Material de Limpeza e Higiene	93.598,38	95.781,08
Materiais Elétricos e Manutenção	381.761,49	281.567,57
Nutrição	81.283,95	59.227,98
Costura Tecido e Confecção	320.364,63	166.298,26
OPME - Órtese e Prótese	366.470,45	407.951,56
Material de Copa e Cozinha	74.811,35	79.154,51
Uniformes e EPI	62.371,03	0,00
Material de Informática	0,00	64,43
Merc. Estoque em Poder de Terceiros	55.167,76	12.534,05
Total	5.911.665,67	4.503.763,18

NOTA 05 – DESPESAS ANTECIPADAS

Este grupo é composto pelos seguros, despesas com assinaturas e despesa com informática a apropriar cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representadas pelo seu valor nominal.

Despesas Antecipadas	2021	2020
Seguros a apropriar	1.485,35	1.542,86
Despesas c/assinaturas	798,50	570,00
Despesa c/Informática a apropriar	66.830,23	67.196,95
Total	69.114,08	69.309,81



NOTA 06 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, INVESTIMENTOS)

Este grupo está composto por investimentos financeiros, depósitos a recuperar e processos a receber, valores cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente.

Realizável Longo Prazo	2021	2020
Depósitos para Recursos	39.873,19	39.873,19
Invest. Fin. Capitalização	281.269,65	282.266,00
Aplicação Financeira p/Aquisição	344.007,40	4.718,28
Despesas a apropriar	49.486,64	116.316,68
Processos a Receber	949.308,52	2.631.162,37
Total	1.663.945,40	3.074.336,53

Investimentos	2021	2020
Adiantamento Consórcio Banrisul	2.238.465,70	2.063.945,72
Adiantamento para Consórcios Unicred	342.078,12	177.005,16
Cotas Unicred	85.991,38	83.680,14
Cotas Sicredi	62.599,41	60.441,64
Total	2.729.134,61	2.385.072,66

NOTA 07– ATIVO NÃO-CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

O valor de recuperação dos bens e direitos imobilizados e intangíveis são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios de taxas de depreciação, amortização:

	2021	2020
Imóveis em Uso	71.322.141,01	66.134.813,61
Bens de Uso	43.638.325,37	36.010.461,79
Bens Intangíveis	1.192.048,23	1.159.009,02
Depreciações e Amortização	(42.644.703,47)	(37.931.747,85)



Total	73.507.811,14	65.372.536,57
--------------	----------------------	----------------------

NOTA 08 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS (PASSIVO CIRCULANTE)

As obrigações foram cumpridas no prazo respeitando suas competências e seus vencimentos.

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Estão representadas pelo seu valor nominal, original e representam o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

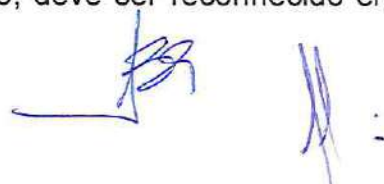
NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit ou déficit) ocorrido, dos auxílios, das subvenções e doações recebidas, dos ajustes de avaliação patrimonial e dos ajustes de exercícios anteriores.

	2021	2020
Patrimônio Líquido	55.677.681,26	49.195.667,89

NOTA 11 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício 2020, já aprovado em Assembleia em 29/04/2021, foi incorporado ao Patrimônio Social. O Superávit do exercício de 2021 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002, item 15 o qual descreve que o valor superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O Superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.



NOTA 12 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

São provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

A Entidade, para a contabilização de suas subvenções governamentais, as doações, subvenções e contribuições para custeio foram contabilizadas pelo regime de competência em contas de receita. A entidade contabilizou no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

	2021	2020
Auxílios Subvenções Federais	21.489.005,80	22.715.993,95
Auxílios Subvenções Estaduais	3.647.559,73	1.440.072,72
Subvenções Sociais Estaduais	30.716,95	53.436,22
Auxílios e Subvenções p/ Aquisição de Imobilizado	327.453,72	322.019,40
Total	25.494.736,20	24.531.522,29

NOTA 13 – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

	Modalidade	Valor segurado
Prédio, máquinas e equipamentos	Prédio / Conteúdo	68.468.000,00
Veículos	Seguro Total	250.000,00
	Total	68.718.000,00



NOTA 14 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Instituição, no atendimento aos seus objetivos e em conformidade com a Lei 12.101 de 27/11/2009, Art. 4º, ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento. O valor de atendimentos ambulatoriais e internações de paciente-dia ao SUS no ano de 2021 atingiu o percentual de 80,31% de atendimentos, cumprindo o mínimo exigido pela Legislação em vigor.

Demonstrativo de calculo:

	Total	%
PACIENTES DIA - SUS	35.672	70,31
PACIENTES DIA - NÃO SUS	15.063	29,69
TOTAL	50.735	

% PACIENTES DIA – SUS INTERNADO	70,31%
% SUS – AMBULATORIO	10,00%
TOTAL ATENDIMENTO SUS	80,31%

NOTA 15 - ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A Entidade está isenta de pagamento da quota previdenciária patronal (INSS), por atender às disposições da Lei nº 12.101 de 17 de Novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de Maio de 2014. Tais isenções de foram contabilizadas como se devidas fossem, no montante a seguir demonstrado:

Isenções	2021	2020
Contribuições Sociais (Cota Patronal, Terceiros, SAT, Autônomos, Cooperativas).	12.381.304,76	10.930.248,28

NOTA 16 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS



Eventualmente a entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 14º item b, conforme demonstrativo abaixo:

	2021	2020
Doações Pessoas Físicas	46.677,00	6.261,62
Doações Pessoas Jurídicas	1.551.968,86	1.782.977,24
Total	1.598.645,86	1.789.238,86

NOTA 17 – OUTRAS OBRIGAÇÕES – NÃO CIRCULANTES

A Instituição firmou convênio com a FUVATES - Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social, em 18 de dezembro de 2013, com o objetivo de viabilizar a execução do projeto de ampliação do CTA, ficando ajustados os seguintes:

- a) O HBB executará a ampliação do CTA.
- b) A FUVATES arrenda do HBB a área construída no CTA, correspondente aos pavimentos de números 12 e 13 desse edifício.
- c) Pelo arrendamento a FUVATES pagou ao HBB, antecipadamente a quantia de R\$ 6.968.000,00.
- d) O arrendamento terá vigência de 38 anos e seis meses, com termo inicial em 01/09/2016 e com termo final 28/02/2055.

NOTA 18 – AJUSTE DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

No ano de 2020 foi realizado estorno no valor de R\$ 203.049,70 na conta de receita com premiações, referente lançamento realizado em 2017, relativo a título de capitalização recebido.


João Batista Gravina

Presidente

CPF nº 262.450.270-04


Alexsander Kramer Guimarães

Contador CRC/RS nº 078.259/O-0

CPF nº 820.328.310-15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO
Lajeado – RS

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas invidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Audidores Associados

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado – Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira e normas contábeis brasileiras, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descrito anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 29 de março de 2021, o qual não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 14 de abril de 2022

Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1
CNPJ 05.750.330/0001-18

SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO

HOSPITAL BRUNO BORN

Av. Benjamin Constant, 881

Centro

Lajeado – RS

CGC/MF nº 91.162.511/0001-65

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO** – Hospital Bruno Born, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e com base em todos os termos do Parecer dos Auditores Independentes da TSA - Auditores Associados SS, e após o exame do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, tudo referente ao exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021, decide:

Considerar formalmente corretas as Demonstrações Financeiras como Expressão das atividades e do Resultado final do exercício, recomendando a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser convocada conforme previsão Estatutária.

Lajeado – RS, 19 de abril de 2022.



Gustavo Born

Conselheiro

CPF: 695.895.930-20



Silvino Huppess

Conselheiro

CPF: 161.089.490-15



Valmor Arsildo Kappler

Conselheiro

CPF: 299.108.030-20